



ACÓRDÃO Nº582/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº12352/2020.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Câmara Municipal de Boa Vista do Ramos.
- 4- **Exercício:** 2019.
- 5- **Responsável:** Evandro Miranda Cardoso (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Não Possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI, DICOP.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 8118/2022-DIMP, Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Câmara Municipal de Boa Vista do Ramos. Exercício de 2019.

*Revelia. Irregularidade. Multa. Alcance.
Determinação.*

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída Art. 11, III, alínea "a", item 2, da resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto da Excelentíssima Senhora Conselheira-Relatora, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Considerar revel** o Senhor **Evandro Miranda Cardoso**, Presidente da Câmara Municipal de Boa Vista do Ramos e Ordenador de Despesas, à época, nos termos do artigo 20, §4º, da Lei nº. 2423/1996 – LOTCE/AM, c/c o artigo 88 da Resolução nº. 04/2002 – RITCE/AM.
- 10.2. **Julgar irregular** a Prestação de Contas Anual da Câmara Municipal de Boa Vista do Ramos, referente ao exercício de 2019, de responsabilidade do Senhor **Evandro Miranda Cardoso**, Presidente da Câmara Municipal de Boa Vista do Ramos e Ordenador de Despesas, à época, nos termos dos artigos 18, inciso II, da Lei Complementar nº. 06/1991, c/c o artigo 1º, inciso II, artigo 22, inciso III, alíneas "b" e "c", todos da Lei 2423/1996 – LOTCE/AM e artigo 188, §1º, inciso III, alíneas "b" e "c", da Resolução nº. 04/2002 – RITCE/AM.
- 10.3. **Aplicar Multa** ao Senhor **Evandro Miranda Cardoso** no valor de **R\$ 10.000,00** (dez mil reais), por atos ilegítimo/ antieconômico que



ACÓRDÃO Nº582/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

resultou em injustificado dano ao erário, com fulcro no artigo 54, inciso V da Lei nº 2.423/1996 – LOTCE/AM c/c o artigo 308, inciso V da Resolução nº. 04/2002-TCE/AM, em razão das impropriedades correlacionados nos itens de **01 a 17** da Fundamentação do Voto e fixar **prazo de 30 dias** para que o responsável recolha o valor da multa, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE”. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável.

10.4. Considerar em Alcance ao Senhor **Evandro Miranda Cardoso**, Presidente da Câmara Municipal de Boa Vista do Ramos e Ordenador de Despesas, à época no valor de **R\$355.934,17** (trezentos e cinquenta e cinco mil, novecentos e trinta e quatro reais e dezessete centavos), em razão das **Impropriedades nºs. 07; 09 e 17**; tudo em consonância com o artigo 304, inciso VI, da Resolução nº. 04/2002 - RITCE, c/c o disposto no artigo 22, inciso III, alíneas “c” e “d” e §2º, alíneas “a” da Lei Orgânica nº. 2423/1996 – LOTCE/AM e fixar **prazo de 30 (trinta) dias** para que o responsável recolha o valor do alcance/glosa, na esfera Municipal para o órgão Câmara Municipal de Boa Vista do Ramos, devendo o montante ser recolhido na esfera Municipal, com a devida comprovação nestes autos (artigo 72, III, alínea “a” da Lei nº. 2423/1996 - LOTCE e artigo 308, §3º, da Resolução nº. 04/2002 - RITCE).

10.5. Determinar à origem que, nos termos do §2º, do artigo 188, do Regimento Interno, evite a ocorrência das seguintes impropriedades, em futuras prestações de contas:



ACÓRDÃO Nº582/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

10.5.1. Atraso no envio das remessas do 1º quadrimestre e não remessas do 2º e 3º quadrimestres ao TCE-AM;

10.5.2. Atraso no envio dos Balancetes referentes a janeiro a novembro de 2019 e não encaminhamento do mês de dezembro de 2019;

10.5.3. As contas apresentadas pelo Chefe do Poder Executivo não ficaram disponíveis, durante todo o exercício, no respectivo Poder Legislativo, para consulta e apreciação pelos cidadãos e instituições da sociedade;

10.5.4. Ausência dos documentos pessoais dos membros das Comissões de Licitações, permanente e especial, designadas para o exercício (RG, CPF e endereço residencial atualizado), bem como, as cópias dos atos de designação/afastamento;

10.5.5. Não foram apresentados os Processos Licitatórios, Dispensas e Inexigibilidades, restando caracterizado sonegação de processos, documentos e informações, além de obstrução ao exercício do Controle Externo;

10.5.6. Ausência dos termos de contratos e termos de aditivos contratuais celebrados e/ou vigentes no exercício, restando caracterizado sonegação de processos, documentos e informações, além de obstrução ao exercício do Controle Externo;

10.5.7. Ausência de controle específico que registre continuamente e permanentemente a entrada e saída de bens adquiridos. Assim não se evidenciou a efetiva entrega dos bens de consumo recebidos, que totalizaram a importância de R\$ 32.375,27 relativa a Carta Convite 002/2019 e Carta Contrato 004/2019 cujo objeto é a Aquisição de Gêneros Alimentícios, Material de expediente, Limpeza e Higiene;

10.5.8. Inexistência de controle de registro do patrimônio (bens móveis e imóveis), inclusive não identificação o objeto, número de tombamento, setor onde se encontra o material/bem;

10.5.9. Ausência de documentação comprobatória dos registros contínuos de entrada e saída (diário/mensal/anual) das quantidades consumidas de gasolina e diesel, que totalizaram a importância de R\$ 76.784,70, conforme credor informado no sistema e-contas;

10.5.10. Despesa com prestação de serviços contábeis por parte Empresa DMK – Assessoria, totalizando o valor de R\$ 36.000,00,



ACÓRDÃO Nº582/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

inclusive identificando o terceiro como responsável pela contabilidade;

10.5.11. O segundo Termo Aditivo Nº 002/2019 do contrato Nº 002/2017 informado no Balanço Geral e no Sistema e-contas, gerou a contratação do Sr. ANTONIO BATISTA ADVOGADOS ASSOCIADOS, para a prestação de serviço de consultoria jurídica, administrativa e procedimentos administrativos e licitatórios do Poder Legislativo. Na oportunidade, também se compulsou o Quadro de Servidores da Câmara de Boa Vista do Ramos, onde ficou constatado a ausência de Procurador jurídico, o que inferiu que o Sr. ANTONIO BATISTA ADVOGADOS ASSOCIADOS foi contratado para realização de serviços inerentes ao Procurador;

10.5.12. Terceirização irregular de serviços de Assessoria Contábil e Assessoria Jurídica para atividades inerentes às atividades finalísticas do órgão e/ou atinentes às atribuições típicas de cargos permanentes, em preliminar, denotando substituição de servidores. Possibilidade de impacto nos limites de despesas de pessoal;

10.5.13. Indícios de infração a Súmula Vinculante nº 13, pela nomeação de parente da autoridade nomeante para exercício de cargo de confiança de controlador interno;

10.5.14. Ausência de justificativas, com documentação comprobatória idônea, dos registros que compõe os saldos das contas contábeis Demais Créditos e Valores a Curto prazo” do Ativo Circulante, que no exercício de 2019 apresentaram saldo acumulado de R\$ 168.064,67;

10.5.15. Admissão de servidor exclusivamente comissionado, selecionado por amplo recrutamento, para desempenho das atribuições de “Controlador Interno” de cujas atividades desempenhadas referem-se às atividades finalísticas do órgão e/ou atinentes às atribuições típicas de cargos permanentes, em preliminar, denotando substituição de servidores, as quais deveriam ter sido efetuadas por meio de concurso público;

10.5.16. Nomeação de servidores para assunção de cargo comissionado e/ou designação para função de confiança de parentes de agentes políticos e de servidores da mesma pessoa jurídica investido no cargo de direção, chefia ou assessoramento;

10.5.17. Pagamento de diárias a vereadores com indícios de remuneração indireta, no montante de R\$ 246.774,20.



ACÓRDÃO Nº582/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

10.6. Determinar à Secretaria do Tribunal Pleno que, após a ocorrência da coisa julgada, nos termos dos artigos 159 e 160, da Resolução nº. 04/2002 – RITCE/AM, adote as providências do artigo 162, §1º, do RITCE.

11- Ata: 9ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 28 de março de 2023.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente – não votou), Ári Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mario Manoel Coelho de Mello, Josué Cláudio de Souza Neto, Luis Fabian Pereira Barbosa e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral.

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro-Presidente

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira Relatora

FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA
Procuradora-Geral